

Alternativa para a Melhoria do Ensino: Escolas Cooperativas



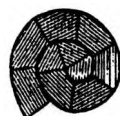
**A EXPERIÊNCIA DE
MARINGÁ - PR
1989/1992**

3

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



CENPEC

APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

A idéia é polêmica: entregar a administração das escolas públicas a cooperativas de trabalhadores, desvinculadas funcionalmente do poder público, mas a ele prestando serviços e recebendo de acordo com o número de alunos matriculados com frequência regular. Esperava-se que, tendo interesse direto nos resultados, os trabalhadores em educação passassem a se preocupar com produtividade, desempenho, pontualidade, assiduidade, enfim, com a satisfação da comunidade atendida, estabelecendo-se uma competição sadia entre as diversas escolas, baseada em critérios de qualidade.

Foi exatamente o que aconteceu em Maringá, importante município do noroeste do Paraná, com cerca de 240 mil habitantes. A experiência com as *escolas-cooperativas* na rede pública municipal, gestão privada do ensino público gratuito, começou em 1991 e, em 1992, se estendeu a todas as creches e escolas urbanas do município. Com as *escolas-cooperativas*, administradas pela iniciativa privada, Maringá, ao contrário da tradição brasileira, marcada pela evasão escolar, passou a viver o fenômeno da "*invasão escolar*". O ano letivo de 1992 começou com um aumento de 24% no número de alunos matriculados, embora a estrutura física da rede escolar municipal do ano anterior não tivesse sido alterada. De fevereiro a abril daquele ano, o número de alunos aumentou em mais 7%.

O aumento da produtividade também foi expressivo com o novo tipo de gestão e pôde ser quantificado em aspectos extremamente interessantes. Em 1991, por exemplo, o município pagou aproximadamente 7.000 dias de licença-saúde a professores e funcionários públicos. De fevereiro a maio de 1992, apenas um dia de licença-saúde foi pago aos sócios das *escolas-cooperativas*.

O ensino público de Maringá, que já era bom, com qualidade superior à média do estado e do país, melhorou ainda mais com as *escolas-cooperativas*. Professores, alunos, pais, comunidade e poder público, depois de vencidos alguns problemas iniciais, estão satisfeitos com os resultados. Dos pais, mais de 72% acham que o atendimento pedagógico é ótimo. Mais de 25%, acham que é bom.

Terceirização melhora os serviços e reduz burocracia e desperdício

Ao final de 1990, o quadro de servidores públicos de Maringá havia praticamente duplicado e a evasão escolar tinha saltado dos níveis históricos de 2% para 7,5%. A nova administração municipal, de filosofia liberal, que assumira em janeiro de 1989, resolveu enfrentar o problema transferindo a gestão da escola pública para profissionais de ensino, dentro do que vem sendo chamado de *terceirização* -- processo utilizado por empresas privadas, que, em nome da economia e da eficiência, passam para outras empresas, normalmente pequenas empresas, a responsabilidade por tarefas que antes eram cumpridas por seus próprios empregados.

No julgamento; dizia o edital, seriam consideradas todas as circunstâncias que resultassem em vantagens para a Prefeitura. O contrato foi assinado em março. Para efeito de organização interna da empresa, um plano de cargos e salários fixava o salário básico de 1991 do professor, com acréscimos de acordo com cada qualificação. Assim, curso superior dava direito a mais 10%. Especialização, a mais 20%. Mestrado, a mais 30% e o cargo de diretor, a mais 40%. A merendeira fica com o equivalente a 60% do salário-base e o vigia, com 73%. A participação nas diversas instâncias da organização cooperativa da escola, como presidência, assembléia geral, conselho fiscal e conselho técnico, não tinha remuneração.

Empresas aceitam o desafio e passam a gerir o ensino público

No segundo semestre de 1991, mais duas escolas foram integradas à gestão privada. Algumas alterações foram feitas nos editais de concorrência e nos contratos. A partir do início de 1992, a experiência da gestão privada se consolida na área urbana de Maringá, com mais 13 escolas passando ao sistema de cooperativa. Apenas uma escola da área urbana, por manter orientação pedagógica própria, não se integrou ao sistema.

Novas alterações nos contratos estabeleceram, por exemplo, que o maior acionista da empresa prestadora de serviço não podia ter mais do dobro de ações que o menor. A Prefeitura passou a dar assessoramento direto à empresa prestadora de serviço em aspectos administrativos e didáticos-pedagógicos, por todo o período do contrato.

O número máximo de alunos por sala foi fixado em 25 na pré-escola, em 30 na 1ª série e em 35 nas demais. Permitiu-se uma variação de até cinco alunos a mais, desde que não fosse ultrapassada a capacidade global da escola. O processo de constituição das empresas prestadoras de serviço não foi uniforme. Os grupos formaram-se em torno de um coordenador, na maioria das vezes o diretor da escola. Em alguns casos, os diretores não tinham experiência em ensino, mas sim na área administrativa. A contratação de profissionais foi experimentada, mas, abandonada, porque as cooperativas não tinham condição de arcar com os encargos decorrentes.

Prefeitura mantém o controle da orientação pedagógica

A Prefeitura mantém o controle pedagógico no projeto das *escolas-cooperativas* de Maringá. O material escolar, os métodos de ensino e os currículos são itens supervisionados de perto. É a Prefeitura que emite os diplomas e boletins escolares dos alunos. Cada professor da escola deve prestar um mínimo de quatro horas semanais à Diretoria de Educação do município, para discutir as diretrizes pedagógicas que vão orientar seu trabalho.

O contrato tem cláusulas precisas quanto aos aspectos pedagógicos e pode até ser rescindido, se algumas delas forem infringidas. O pressuposto é que a administração municipal entrega a escola à administração privada, confiando que a qualidade do ensino seja uma diretriz básica da empresa prestadora de serviço, até porque isso é uma necessidade fundamental para o êxito da escola e da própria empresa.

As *escolas-cooperativas* têm autonomia relativa em relação a programas especiais, que cada unidade pode desenvolver de acordo com os problemas encontrados no bairro onde se localiza e conforme os recursos existentes. Assim, há programas de caratê, coral, xadrez, literatura infantil e teatro, entre outros.

O programa especial de caratê, para ficar apenas em um exemplo, surge da necessidade de enfrentar altos níveis de agressividade entre os alunos de um determinado bairro. Com as aulas de luta marcial a escola direciona essas energias. Esses programas, que, em alguns casos, recebem recursos da Prefeitura, precisam ser aprovados pela Diretoria de Educação. Os depoimentos de pais e alunos aprovam as escolas-cooperativas. Eles acreditam que houve uma melhoria na qualidade do ensino. Os professores estão mais disponíveis, são mais assíduos e têm mais interesse pelo rendimento de cada aluno.

Racionalização dos gastos e participação da comunidade

A experiência das *escolas-cooperativas* mostra que a gestão privada pode, simultaneamente, estimular e manter a participação da comunidade, provendo um ensino de qualidade a custos mais baixos. A comunidade relaciona-se de um modo muito íntimo com a escola, sobretudo porque percebe que professores e funcionários estão interessados no aluno. As associações de pais e mestres e o clube de mães são formados obrigatoriamente por força do edital de concorrência e do contrato assinado com a empresa prestadora de serviço. Essas organizações, não tendo mais que complementar o orçamento da escola, podem se ocupar das carências dos alunos, desenvolvendo uma série de atividades, como suprir de agasalhos os mais necessitados durante o inverno.

A integração se dá, também, pela utilização dos espaços físico da escola para iniciativas religiosas, festivas e comunitárias, de pessoas com filhos ou não na escola. Os clubes de mães, por exemplo, congregam as mães de cada bairro, que se encontram regularmente para diversos tipos de atividades, mesmo que não tenham filhos na escola.

As *escolas-cooperativas* de Maringá promoveram a racionalização efetiva dos gastos com água, energia elétrica e telefone. As despesas com manutenção se reduziram drasticamente. Na *Escola João Batista Sanches*, por exemplo, foram trocados 120 vidros em 1991. Em 1992, até agosto, nenhum vidro precisou ser trocado. A redução de custos na *escola-cooperativa* se dá basicamente pela contenção de desperdícios e ociosidade. Nada do que é essencial ou necessário é suprimido. Mesmo o que é apenas conveniente, é mantido pela sociedade gestadora da escola.

Os professores envolvidos com o sistema dão o exemplo. A figura do professor substituto, espécie de contratado de plantão da escola pública, que fica ocioso se nenhuma falta ocorrer no turno, estimulando ausências ao trabalho, não existe na *escola-cooperativa*. Se o professor não pode comparecer, deve providenciar um substituto com a devida qualificação, às suas expensas. Isso faz com que o professor reflita muito antes de decidir se falta ao trabalho. Se o período de ausência precisa ser mais demorado, como nos casos de gravidez, por exemplo, cabe à sociedade reunir-se e encontrar a solução menos onerosa, respeitados os direitos do sócio que precisa ausentar-se.

Os resultados do enxugamento da estrutura da escola já são visíveis em Maringá. Uma das *escolas-cooperativas*, por exemplo, reduziu de seis para três o número de zeladores, sem o menor prejuízo para a limpeza ou para a jornada de trabalho. A conscientização de alunos e professores diminuiu muito a quantidade de trabalho a ser realizada. ☺